



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
VARA DO TRABALHO DE MURIAÉ – MG**

**JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
MARCELO PAES MENEZES**



TRT MG

**TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 3ª REGIÃO**

Lei de Criação nº 7.729, de 16-11-1989

Data da instalação: 24-8-1990

Data de implantação do PJe: 30-4-2015

Jurisdição: Muriaé, Antônio Prado de Minas, Barão de Monte Alto, Caiana, Carangola, Divino, Espera Feliz, Eugenópolis, Faria Lemos, Fervedouro, Laranjal, Miradouro, Orizânia, Palma, Patrocínio do Muriaé, Pedra Dourada, Rosário da Limeira, São Francisco do Glória, Tombos e Vieiras.

Edital de Correição divulgado no D.E. da Justiça do Trabalho em 12-11-2018, p. 1/2.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

ATA DE CORREIÇÃO

Às 13 horas do dia dezessete de dezembro de 2018, o Excelentíssimo Desembargador Dr. **Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto**, Vice-Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, deu início à Correição Ordinária na Vara do Trabalho de Muriaé, situada na Rua José Rezende Fontes, nº 270, na forma do artigo 682, XI, da CLT combinado com o artigo 30, I, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, pelo MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara, **Dr. Marcelo Paes Menezes**; pelo Secretário da Vara do Trabalho, em exercício, Sr. Igor Bebiano Leite da Silva; pelos servidores Denilson José Rossi, Diogo Nogueira Maciel, Eduarda Pacheco de Andrade, Fernanda Groppo Pereira, Gilmar Seghetto Cerqueira, Helida Aparecida dos Santos, Michelle Miranda Lopes, Renata Aparecida Mendes de Almeida, Renato Martino de Oliveira Paiva e Vanessa Barbosa Campos; pela estagiária Alice Oliveira Trotta. Ausentes os servidores Fernanda Marum Barbosa Baptista, em licença médica, e Marcelo Lacerda Coutinho, Mauro Cesar Queiroz Gomes e Mozer Pimentel Ferreira, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 1.184 processos eletrônicos, distribuídos neste ano até o dia 14-12-2018, apurando-se a média de 5,55 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 187 cartas precatórias até o dia 14-12-2018, das quais 149 foram devolvidas para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto aos sistemas da Secretaria.

1.3. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS – A Vara expediu 162 cartas precatórias até o dia 14-12-2018, das quais 129 foram devolvidas pelos juízos deprecados, conforme consulta efetuada no sistema e-Gestão.

1.4. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 334 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 220 processos foram remetidos no presente ano, até o dia 14-12-2018.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

1.5. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 14 autos de processos com carga, todos no prazo legal.

1.6. CARGA PARA ADVOGADOS – Existem 5 autos de processos físicos com carga, das quais 4 vencidas e cobradas.

1.7. CARGA PARA PERITOS – Não constam autos de processos físicos com carga. Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 59, processos com perícia designada.

1.8. MANDADOS EXPEDIDOS – Constam 80 mandados expedidos em processos físicos e 1.916 expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 2 pendentes de cumprimento em processos físicos e 19 mandados pendentes de cumprimento no PJe, no prazo.

1.9. REMESSA DE PROCESSOS AO SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS – Há 40 autos de processos com carga para a Secretaria de Cálculos Judiciais, todos no prazo.

1.10. PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE* – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 5 processos *sine die*, incluindo aqueles constantes da listagem de processos na fase de conhecimento sem audiência marcada.

1.11. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico do TRT 3ª Região, foi de 44,95% em 2015, de 37,48% em 2016 e de 38,88% em 2017. A meta estabelecida para este indicador em 2018 é de 38%.

1.12. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO - segundo dados do sistema e-Gestão, dados até o dia 14-12-2018, existem 8 processos aguardando sentença, conforme consta dos itens 62 e 90062.

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2018 até 14-12-2018)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência (item 60)	0
	Aguardando primeira audiência (item 90060)	111
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	1
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	81
	Processos conclusos para sentença de conhecimento (item 35)	1



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

Processos concluídos para sentença de conhecimento (item 90035)	642
Processos aguardando cumprimento de acordo (item 66)	22
Processos aguardando cumprimento de acordo (item 90066)	333

1.13. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – Existem 1.274 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 958 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 304 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327;
- c) 12 execuções de contribuição previdenciária, de acordo com os itens 102 e 90102.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2018 até 14-12-2018.

No ano de 2017, até dia 17-4, havia 1.715 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 1.015 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 637 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327;
- c) 63 execuções de contribuição previdenciária, de acordo com os itens 102 e 90102.

A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico TRT 3ª Região, foi de 75,67% em 2016 e de 68,91% em 2017. A meta estabelecida para este indicador em 2018 é de 62%.

1.14. PROCESSOS INCIDENTAIS À FASE DE EXECUÇÃO: de acordo como sistema e-Gestão, dados de 14-12-2018, existem 14 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 124, 90124, 131, 90131, 144, 90144, 150, 90150, 156, 90156, 162, 90162, 168 e 90168.

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 18-12-2018 havia 16 processos:

- a) **procedimento sumaríssimo:** 6 processos;
- b) **procedimento ordinário:** 2 processos;
- c) **instrução:** 2 processos;
- d) **tentativa de conciliação na fase de execução:** 5 processos;
- e) **tentativa de conciliação na fase de conhecimento:** 1 processo.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

Foram examinados os autos dos processos 0010961/18, 0011122/18, 0011181/18, 0011260/18, 0010547/18, 0011159/18, 0011160/18, 0011176/18, 0011218/18 e 0010545/18.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0011181/18, 0010547/18, 0011160/18: determinação de citação por mandado, quando da não comprovação da notificação postal, contrariando a Portaria Conjunta GP/GCR 323, de 5/7/2016, que estabelece o serviço de correspondência Carta Comercial Simples, como modalidade única e obrigatória para a remessa de todas as comunicações judiciais e administrativas no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Observando os dados da pauta de hoje e confrontando com a pauta da semana da correição, verificou-se que havia 5 processos na fase de execução para tentativa de conciliação.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE*; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Exame dos autos dos processos do Pje 0011198/18, 0011211/18, 0011215/18, 0011207/18, 0011200/18, 0011192/18, 0011135/18, 0010633/18, 0010885/18, 0010868/18, 0010217/18, 0010657/18, 0010768/18, 0010756/18, 0010963/18, 0011164/18, 0011161/18, 0011158/18, 0010585/18, 0011128/18, 0011079/18, 0011170/18, 0011166/18, 0011033/18, 0010461/18, 0010893/18, 0010481/18, 0010482/18, 0010279/18, 0010649/18, 0011035/18, 0011027/18, 0011015/18, 0011011/18, 0011060/18, 0011104/18, 0011157/18, 0011125/18, 0011025/18, 0011031/18, 0011420/17, 0010140/18, 0010136/18, 0010353/18, 0011581/17, 0010714/18, 0010368/17, 0011624/17, 0011240/17, 0010123/18, 0010148/17, 0010346/18, 0010032/18, 0010317/18, 0010011/18, 0011827/16, 0011156/18, 0010859/18, 0010903/18, 0010626/18, 0010438/18, 0010929/18, 0011014/18, 0010743/18, 0010791/18, 0010779/18, 0010569/18, 0010966/18, 0010522/18.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010633/18: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 915e575 (sem movimentação há mais de 60 dias);

- 0010885/18: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id df70120 (mais de 10 dias);

- 0011420/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 9806867 (mais de 10 dias), Id 41e05b3 (mais de 10 dias) e Id ac0cb07 (mais de 10 dias);

- 0010140/18: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 8da37fd (mais de 10 dias);



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

- 0010136/18: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 814f6cd (mais de 10 dias);
- 0010368/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 641068e (mais de 10 dias);
- 0010123/18: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id b08885c (mais de 10 dias) e Id 14b340a (mais de 10 dias) e impulso oficial – Id f4bb3e2 (mais de 10 dias);
- 0010148/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id be621b (mais de 10 dias) e cumprimento – Id ad0f0c6 (mais de 10 dias);
- 0010346/18: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id f23b4fc (mais de 20 dias);
- 0010032/18: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id a3f701a (mais de 10 dias) e despacho – Id 7a3d969 (mais de 10 dias);
- 0010317/18: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id e086b0b (mais de 10 dias) e Id 4773a68 (mais de 10 dias);
- 0010011/18: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 45cb51d (mais de 10 dias);
- 0010859/18: 1ª notificação de audiência efetuada por mandado, descumprindo a Portaria Conjunta GP/GCR n. 323/16, deste Regional, referente ao serviço de correspondência Carta Comercial Simples;
- 0011827/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 284d5c0 (mais de 10 dias);
- 0010626/18: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – evento 48749000 (mais de 30 dias);
- 0010779/18: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 2b3524b (mais de 10 dias);
- 0010569/18: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id b958e08 (mais de 10 dias).

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças líquidas na forma da Recomendação n. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018, referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular n. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 5 ações civis públicas em tramitação.

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 8 ações civis coletivas em tramitação.

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2016	2017	2018
Procedimento Sumaríssimo	16	18	19
Procedimento Ordinário	69	91	66
Instrução processo físico	-	-	-
Instrução processo eletrônico	50	62	70

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gravão

Disponibilidade de Pauta

	2016	2017	2018
Procedimento Sumaríssimo	14	14	31/01/2019 – 12 dias úteis
Procedimento Ordinário	57	50	28/02/2019 – 31 dias úteis
Instrução	43	92	Audiências Unas

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2018 até 14-12-2018)

a) Conhecimento:

(fonte: e-Gravão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – procedimento sumaríssimo (item 263)	0	0
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – procedimento sumaríssimo (item 90263)	669	19,78
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – exceto procedimento sumaríssimo (item 264)	0	0
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – exceto procedimento sumaríssimo (item 90264)	510	66,90
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - procedimento suma-	0	0



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

ríssimo (item 267)		
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - procedimento sumaríssimo (item 90267)	754	33,54
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - exceto procedimento sumaríssimo (item 268)	0	0
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - exceto procedimento sumaríssimo (item 90268)	581	119,51
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento - procedimento sumaríssimo (item 271)	0	0
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento - procedimento sumaríssimo (item 90271)	736	34,80
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento - exceto rito sumaríssimo (item 272)	0	0
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento - exceto rito sumaríssimo (item 90272)	543	115,70

b) Fase de Liquidação (de 1º-1-2018 até 14-2-2018)

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Do início ao encerramento da liquidação - procedimento sumaríssimo (item 359)	1	311
Do início ao encerramento da liquidação - procedimento sumaríssimo (item 90359)	362	97,58
Do início ao encerramento da liquidação - exceto procedimento sumaríssimo (item 371)	6	827,5
Do início ao encerramento da liquidação - exceto procedimento sumaríssimo (item 90371)	467	190,58

c) Fase de execução (de 1º-1-2018 até 14-12-2018)

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Do início ao encerramento da execução - ente privado (item 275)	141	2.065,63
Do início ao encerramento da execução - ente privado (item 90275)	168	621,95



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Do início ao encerramento da execução – ente público (item 277)	10	2.184,3
Do início ao encerramento da execução – ente público (item 90277)	3	517,33

No ano 2017, apurou-se que, em 220 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2017	Média/dia útil
Julgados procedente	29	0,13
Julgados procedente em parte	393	1,78
Julgados improcedentes	70	0,31
Extintos com resolução de mérito	3	0,01
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total de Sentenças de conhecimento	495	2,25
Extintos sem resolução de mérito	69	0,31
Arquivamento	241	1,09
Desistência	41	0,18
Outras decisões sem resolução de mérito	2	0,009
Total sem resolução do mérito	353	1,60
Decisões de conhecimento	848	3,85
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	199	0,90
Decisões na fase de execução	42	0,19
Total	1.089	4,95

(fonte e-Gestão)

4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – Em novembro de 2018, com 19 dias úteis, realizaram-se:



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	10	0,52
Conciliação em execução	12	0,63
*Encerramento de instrução	0	0
Inicial	0	0
Inicial (rito sumaríssimo)	0	0
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	1	0
Instrução	12	0,63
Instrução (rito sumaríssimo)	1	0
Una	41	2,15
Una (rito sumaríssimo)	112	5,89
Total	189	9,94

* Os Encerramentos de Instrução não são somados.

No mês de novembro de 2018, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram proferidas 42 sentenças de conhecimento, conforme apurado nos itens 40/43 e 46; 90040/90043 e 90046, 15 decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração, conforme itens 115 e 90115. Foram conciliados 95 processos, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, mediante informação da Secretária da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas de terça-feira a quinta-feira, a partir das 10 horas e/ou 11 horas. O intervalo entre as audiências é de 10 minutos para as de procedimento sumaríssimo, 15 minutos para as de procedimento ordinário e de 15 minutos para as instruções.

Em atendimento ao artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, declara o (a) magistrado (a) que comparece nesta unidade organizacional de terça-feira a quinta-feira.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

Declara o magistrado, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, na Unidade, são exarados, em média, 700 despachos por semana.

AUXÍLIO FIXO: Recomenda a Corregedoria Regional que, atuando outro magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região, que determina que “nas Varas do Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados”.

5. PRODUÇÃO –

Movimentação Anual de Processos		
	2016	2017
Processos recebidos	1.694	1.586
Média por dia útil	7,66	7,20
Processos remanescentes do ano anterior	215	234
Sentenças anuladas	16	17
Total de processos para solução	1.925	1.837
Processos solucionados	1.795	1.600
Processos conciliados	908	752
Produção	93,24%	87,09%

Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 6,37% em relação ao número de processos recebidos no ano 2016. Quanto à produção, verificou-se que em 2017 houve uma diminuição de 6,15%.

5.1. Mapeamento Global de Desempenho (MGD) – O Mapeamento Global de Desempenho - MGD, indicador que tem como componentes o Índice de Produtividade e a Força de Trabalho, e cujos dados são extraídos do Sistema e-Gestão, tem por objetivo informar o desempenho das unidades em relação a indicadores que se alinham às Metas nacionais e ao



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Plano Estratégico do TRT3 e, ainda, em relação às outras unidades de 1º Grau. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando-se um instrumento eficaz de gestão.

Para melhoria no índice do MGD, na página da Gestão Estratégica, no endereço <https://portal.trt3.jus.br/internet/conheca-o-trt/gestao-estrategica/estatistica-2/mgd/definicao-do-mgd-1/portfolio.pdf>, é possível verificar as medidas necessárias.

Perfil da Vara do Trabalho		Muriaé - 01ª Vara			
Indicadores / Período de referência		Ano 2017 01/01/2017 a 31/12/2017	1º trim 2018 01/04/2017 a 31/03/2018	2º trim 2018 01/07/2017 a 30/06/2018	3º trim 2018 01/10/2017 a 30/09/2018
Micro	1 – Antiguidade (dias corridos)	1315,28	1350,09	1318,09	1375,54
	2 – Pendentes (processos)	2 913	2 903	2 740	2 664
	3 – Prazo (dias corridos)	967,58	1043,55	1084,26	832,96
	4 – Taxa de conciliação (%)	47,03	46,74	47,67	46,89
	5 – Taxa de solução (%)	100,88	106,07	106,73	113,92
	6 – TC Conhecimento (%)	23,63	23,45	19,47	15,00
	7 – TC Liquidação (%)	32,48	40,83	33,73	32,06
	8 – TC Execução (%)	57,41	56,85	57,96	67,68
	9 – TC Incidentes (%)	12,77	17,77	11,34	11,57
Meso	1 – Acervo	0,37	0,37	0,33	0,33
	2 – Celeridade	0,43	0,45	0,40	0,19
	3 – Produção	0,45	0,39	0,46	0,56
	4 – Represamento processual	0,27	0,36	0,31	0,33
Macro	Índice de Produtividade	0,50	0,52	0,46	0,36
	MGD	0,45	0,49	0,42	0,31
Posição MGD		43	55	55	40
Força de trabalho		0,92	0,93	0,93	0,94
Movimentação processual		1.501 a 2.000			



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$1.019.240,91	R\$75.388,3

7. PORTARIAS – De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, encontram-se em vigor, na Vara do Trabalho, as Portarias 07/1998, que trata de recebimento de alvarás pelas partes; 03/2003, que regulamenta a prática de atos ordinatórios; 04/2003, que disciplina a execução de custas e 01/2016, que trata da designação de oficial de justiça *ad hoc*.

8. BACEN JUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega o BACEN JUD, o INFOJUD e RENAJUD, com o intuito de localizar bens passíveis de penhora, bem como o SIMBA e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC, para a requisição de informações sobre movimentações bancárias. Detectou, ainda, que não havia ordem de bloqueio do BACEN JUD pendente na Vara do Trabalho.

9. DA SECRETARIA – Concluída a Correição, de acordo com os critérios acima especificados, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor examinou 80 autos de processos, sendo que em 16 foram encontrados excessos de prazo, aspectos que deverão ser regularizados.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Administrativa nº 131, de 2017.

10. RECOMENDAÇÕES:

10.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

As recomendações gerais serão objeto de Ofício Circular Conjunto a ser enviado para todas as unidades, sendo uma cópia entregue à Secretária da Vara nesta data.

10.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

1) cumprida pelo (a) magistrado (a) a determinação do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, para manter afixado na Secretaria da Vara as datas em que presta atendimento, bem assim aquelas em que se encontra fora da



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

sede do juízo, mas no exercício de suas respectivas funções;

2) evitada a determinação de citação por mandado, quando da não comprovação da notificação postal, contrariando a Portaria Conjunta GP/GCR 323, de 5/7/2016, que estabelece o serviço de correspondência Carta Comercial Simples, como modalidade única e obrigatória para a remessa de todas as comunicações judiciais e administrativas no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região;

3) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I, do CPC;

4) observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228 do CPC;

5) envidados esforços para aumentar a produção, tendo em vista os dados apurados no item 5 esta Ata.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

10.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2017:

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

1) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I, do CPC;

2) observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228 do CPC;

3) envidados esforços para aumentar a produção, tendo em vista os dados apurados no item 5 desta Ata.

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

11. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015/2020 do TRT3 devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ / Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar pelo menos 92% da quantidade dos processos de conhecimento distribuídos no período.

Em 2017, quando a Meta era “julgar pelo menos 90% da quantidade dos processos de conhecimento distribuídos no período” esta unidade organizacional atingiu o percentual de



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

110,05% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 112,47%.

No ano de 2018, até o dia 31-10, o percentual alcançado foi de 123,42%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 140,51%.

Meta 2 CNJ / Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31-12-2018, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31-12-2016, no 1º grau.

Em 2017, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31-12-17, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31-12-15”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 133,23% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 110,44%.

No ano de 2018, até o dia 31-10, o percentual alcançado foi de 117,28%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 101,03%.

Meta 3 CNJ / Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 6 pontos percentuais, até 2020 (2pp).

Em 2017, quando a Meta era “aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação a média do biênio 2013/2014 em 2pp em 2017”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 105,82% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 86,79%.

No ano de 2018, até o dia 31-10, o percentual alcançado foi de 56,80%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 43,71%.

Meta 5 CNJ / Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar pelo menos 92% do total de casos novos de execução no período.

Em 2017, quando a Meta era “baixar pelo menos 90% da quantidade de execuções iniciadas no período”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 111,89% de cumprimento da meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 102,38%

No ano de 2018, até o dia 31-10, o percentual alcançado foi de 101,68%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 117,23%.

Meta 6 CNJ / Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31-12-2018, 98% das ações coletivas distribuídas até 31-12-2015 no 1º grau.

Em 2017, quando a meta era “identificar e julgar, até 31-12-16, as ações coletivas distribuídas até 31-12-13 (1º grau)...”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 106,09% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 100,34%



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

No ano de 2018, até o dia 31-10, o percentual alcançado foi de 106,69%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 97,25%.

Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo (TMDP1e): reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2016, em 5% até 2020 (2%).

Em 2017, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base de 2014, em 1% em 2016”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 63,69 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 170 dias. Esta unidade organizacional atingiu o percentual de 43,32% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que, neste item, diferentemente dos demais, o percentual abaixo de 100% é a referência para o atingimento da referida Meta. O resultado deste Regional foi de 115,43%.

No ano de 2018, até o dia 31-10, o tempo médio alcançado foi de 74,71 dias, sendo o resultado para o mesmo período 215,7 dias.

12. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL - Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política de responsabilidade socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Comissão de Responsabilidade Socioambiental deste Regional.

13. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara aprimore a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”. segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

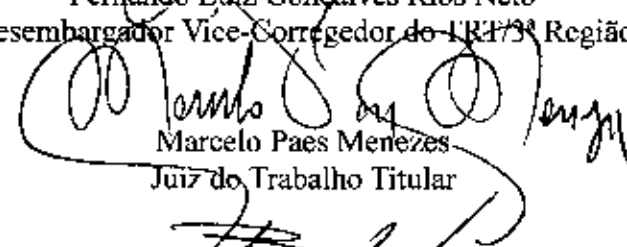


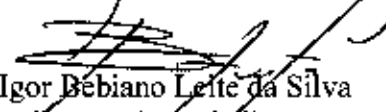
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

Registra-se que o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 15h30min do dia dezessete de dezembro de 2018, em sessão pública, antecedida de pregão, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior _____, Secretário da Corregedoria, lavrei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, pelo MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara e pelo Secretário da Vara do Trabalho, em exercício. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, além do Sr. Secretário da Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e Jânio Júlio Fernandes.


Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto
Desembargador Vice-Corregedor do TRT/3ª Região


Marcelo Paes Menezes
Juiz do Trabalho Titular


Igor Bebiano Leite da Silva
Secretário da Vara do Trabalho, em exercício

